

III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

A TRAJETÓRIA DO NOVO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO: REFORMAS IMPLEMENTADAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Lourana Sousa Ribeiro¹
Ana Karoline de Oliveira dos Santos²
Rosilene Muniz Barbosa³
Shirley Alencar da Silva⁴
Roza Maria Soares da Silva⁵

Resumo: Este artigo analisa a trajetória histórica do Ensino Médio no Brasil, com ênfase na Reforma instituída pela Lei nº 13.415/2017, conhecida como Novo Ensino Médio. A pesquisa resgata elementos da formação dual entre ensino técnico e geral, destacando também o papel da LDB de 1996, da BNCC, do ENEM e do FUNDEB no cenário educacional. A reforma, apresentada como medida de flexibilização curricular e aproximação ao mercado de trabalho, tem sido amplamente questionada por entidades como a ANPED e a CNTE, e por intelectuais como Paulo Freire e Dermeval Saviani, por aprofundar desigualdades históricas e desconsiderar a realidade concreta das escolas públicas. Ao longo de sua implementação, marcada por diferentes gestões ministeriais, a política educacional oscilou entre avanços e retrocessos. A partir de revisão bibliográfica, são evidenciadas problemáticas como a desmotivação estudantil, a sobrecarga docente, a ausência de infraestrutura e a desconexão entre os itinerários formativos e as condições reais de ensino. O artigo destaca ainda os posicionamentos de movimentos sociais e estudantis contrários ao modelo atual, defendendo que uma educação emancipadora só será possível por meio de políticas públicas democráticas, com equidade, participação da comunidade escolar e valorização dos profissionais da educação.

Palavras-chave: Ensino Médio. Reforma Educacional. Políticas Públicas. BNCC.

INTRODUÇÃO

¹Acadêmica do curso de pedagogia 4º período da universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, E-mail: sousalourana7@gmail.com

²Acadêmica do curso de pedagogia 4º período da universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, E-mail: ana.karoline.santos@uemasul.edu.br

³Acadêmica do curso de pedagogia 4º período da universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, E-mail: rosilene.barbosa@uemasul.edu.br

⁴Acadêmica do curso de pedagogia 4º período da universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, E-mail: shirley.silva@uemasul.edu.br

⁵ Diretora do Curso de Pedagogia da UEMASUL, com Doutorado em História (UNISINOS), Mestrado em Educação (UFMA) e experiência consolidada em História da Educação, Política Educacional e Estágio Supervisionado, E-mail: roza.silva@uemasul.edu.br



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

A educação brasileira tem passado por sucessivas reformas que buscam alinhar o currículo escolar às demandas contemporâneas. Entre elas, destaca-se a Lei nº 13.415/2017, que instituiu o Novo Ensino Médio sob o argumento de flexibilização curricular e aproximação com o mercado de trabalho. Entretanto, como alerta Paulo Freire, políticas educacionais que ignoram os sujeitos da educação tendem a aprofundar desigualdades já existentes. A implementação dessa reforma tem suscitado debates intensos, sobretudo nas redes públicas, onde permanecem desafios históricos relacionados à infraestrutura, valorização docente e condições de trabalho, conforme críticas apontadas por Saviani. Este artigo analisa criticamente a trajetória do Ensino Médio no Brasil e os impactos da reforma de 2017, articulando elementos como a dualidade histórica entre formação geral e técnica, a influência da BNCC, o papel do ENEM e os efeitos do financiamento educacional, especialmente via FUNDEB. Busca-se, assim, refletir sobre caminhos futuros para políticas educacionais comprometidas com equidade, participação democrática e formação integral.

METODOLOGIA

O Ensino Médio brasileiro é historicamente marcado por desigualdades estruturais e pela dualidade entre formação propedêutica e formação técnica. Originado no período imperial e voltado à elite, esse nível de ensino recebeu sucessivas reformulações ao longo do século XX, mas manteve seu caráter seletivo. Saviani (2008) destaca que a “dualidade estrutural” reflete a divisão social do trabalho, destinando formações amplas às classes dominantes e formações subalternas aos trabalhadores. A LDB de 1996 consolidou o Ensino Médio como etapa final da educação básica, incorporando princípios de flexibilidade curricular. Contudo, a crescente centralidade de avaliações externas, como o ENEM, reforçou modelos padronizados e tecnicistas. As Diretrizes Curriculares Nacionais de 2012 buscaram retomar a perspectiva de formação integral, interdisciplinar e contextualizada, mas encontraram dificuldades de implementação diante das desigualdades regionais. Saviani (2013) critica reformas conduzidas de maneira tecnocrática e sem participação de professores e comunidades escolares, o que contribuiu para seu limitado alcance nas redes públicas. A Lei nº 13.415/2017 redefiniu a estrutura curricular do Ensino Médio ao estabelecer a BNCC como eixo central e ao criar os itinerários formativos. A reforma ampliou a possibilidade de parcerias com o setor privado e fortaleceu a oferta de EAD e ensino técnico-profissionalizante. A BNCC do Ensino Médio, organizada por competências e habilidades, prioriza Língua Portuguesa e Matemática e apresenta abordagem mais sintética, criticada pelo esvaziamento de conteúdos tradicionais. A



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED

II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

carga horária destinada à BNCC foi limitada a 1.800 horas, reservando o restante aos itinerários formativos, cuja oferta depende das condições concretas de cada rede de ensino. Assim, embora a legislação afirme promover formação integral, o modelo tende a hierarquizar saberes, valorizar áreas estratégicas ao mercado e reduzir o espaço de disciplinas como Filosofia, Sociologia, Arte e Educação Física, que passam a figurar como práticas e estudos. A implementação da reforma envolve desafios estruturais, como falta de recursos, formação docente insuficiente e mudanças políticas frequentes no Ministério da Educação. A eficácia das políticas depende de articulação entre governos, escolas, gestores e professores, o que raramente ocorre de forma plena. O financiamento, especialmente via FUNDEB, não acompanha as necessidades de expansão das redes, dificultando melhorias em infraestrutura, contratação profissional e inovação pedagógica. Como destaca Libâneo (2012), uma escola bem-organizada garante condições pedagógicas que favorecem o desempenho docente. Contudo, políticas centralizadas tendem a restringir a participação da comunidade escolar à execução de projetos, sem envolvimento real nas decisões. Nesse contexto, emerge a influência do neoliberalismo na formulação de políticas públicas, especialmente por meio de organismos internacionais que impulsionam reformas alinhadas à lógica de mercado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Reforma do Ensino Médio gerou críticas de educadores, entidades e pesquisadores por sua origem autoritária, via Medida Provisória, e por priorizar interesses econômicos em detrimento da democratização do ensino. Embora apresente inovações como ampliação da carga horária e criação de itinerários formativos, especialistas alertam para os riscos de aprofundar desigualdades e precarizar a carreira docente. Ferretti (2018) argumenta que a reforma reforça uma visão mecanicista e mercadológica do ensino, produzindo formação instrumental e limitando a capacidade crítica dos estudantes, sobretudo os das classes trabalhadoras. As escolas enfrentam dificuldades para oferecer itinerários adequados, o que gera desigualdade territorial e limita as escolhas dos estudantes. A ausência de novos investimentos agrava os problemas já existentes, comprometendo a qualidade da implementação. Embora a reforma apresente potencial para maior personalização e engajamento dos estudantes, sua efetivação esbarra em condições estruturais precárias. A falsa ideia de profissionalização imediata após o Ensino Médio é recorrente, especialmente em redes que não possuem oferta diversificada ou docentes suficientes. Os itinerários formativos, em tese, ampliam escolhas, mas na prática evidenciam o descompasso entre necessidades



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

educacionais e exigências de um mercado de trabalho cada vez mais seletivo. O futuro da reforma depende de investimentos em infraestrutura, valorização docente e participação democrática na construção curricular. Caso esses elementos sejam ignorados, tende-se à ampliação das desigualdades educacionais e à manutenção de um modelo que favorece a lógica de mercado em detrimento da formação humana integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia que a Reforma do Ensino Médio, embora apresentada como inovação, reproduz desigualdades históricas e enfrenta sérios obstáculos de implementação. A pesquisa empírica reforça o distanciamento entre o discurso oficial e a realidade das escolas públicas, marcadas por infraestrutura insuficiente, desmotivação estudantil e precarização docente. Urge a construção de políticas educacionais democráticas, contextualizadas e comprometidas com a formação integral e com o combate às desigualdades sociais. A escola deve ser concebida como espaço de emancipação, diálogo e justiça social, reafirmando a educação como direito fundamental. Políticas construídas com participação efetiva da comunidade escolar são essenciais para consolidar um Ensino Médio público, inclusivo e de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

FERRETTI, C. J. A reforma do ensino médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 93, 2018.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão da escola*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Autores Associados, 2008.



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

SAVIANI, D. A reforma do ensino médio e suas contradições. Educação & Sociedade, v. 34, n. 123, p. 285-297, 2013.



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

